

**RESPOSTA AO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO Nº  
20170032500189991**

**Requerente:** E C S F

**Data de entrada:** 14/11/2017

**Descrição da solicitação:** "Solicito informações quanto conteúdo regulatório das informações, que o servidor deve repassar, para marcação de perícia médica."

**Resposta:**

Tendo em vista o requisito legal contido no Estatuto do Servidor, no ato do agendamento, é solicitado ao servidor a data de início da sua licença para tratamento de saúde, para confirmação de prazo legal (Art. 100), bem como o período de dias , visto que atestados de até 03 dias de afastamento poderão ser abonadas pela chefia (Art 132).

Art. 100 - A licença para tratamento de saúde poderá ser concedida a pedido ou ex-officio, dependendo de inspeção médica, que deverá se realizar, sempre que necessário, onde o funcionário se encontrar.

Parágrafo Único. A licença deverá ser requerida no prazo de vinte (20) dias, a contar da primeira falta ao serviço.

Art. 132 - Serão abonadas até três (3) faltas, durante o mês, por motivo de doença, comprovada mediante atestado médico, ou odontológico, ou em decorrência de força, maior, a critério do titular do órgão onde o funcionário tiver exercício.

Parágrafo Único. O funcionário, para os efeitos deste Artigo, deverá requerer o abono no prazo máximo de quinze (15) dias, a contar da primeira falta ao serviço.

Esperamos ter esclarecido suas dúvidas.

Atenciosamente,

**Célia Regina de Melo Pereira (Matrícula: 26967-2)**

Gestora da Unidade de Perícias Médicas

Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas - SEPLAGP

Fone: 3355-9394